



## GÊNERO E AMBIENTE ESCOLAR NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS, A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (NUGEDIS) DO IFFAR *CAMPUS* SANTO ÂNGELO<sup>1</sup>

Jéssica Maria Rosa Lucion<sup>2</sup>  
Maria Aparecida de Lucca Paranhos<sup>3</sup>  
Varlei Machado da Rosa<sup>4</sup>

**RESUMO:** Como um espaço fundamental para as crianças e adolescentes, o ambiente escolar se torna um dos espaços mais importantes para que o tema da cidadania e dos direitos humanos seja abordado. O objetivo deste trabalho é dar visibilidade a algumas das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) *Campus* Santo Ângelo, ao longo dos anos letivos de 2016, 2017 e 2018, buscando discuti-las na perspectiva dos direitos humanos. Buscamos compreender em que medida a criação de espaços para discussão e promoção de atividades relacionadas a gênero e diversidade sexual no ambiente escolar podem colaborar para a ampliação da cidadania na comunidade escolar e posturas mais democráticas e tolerantes com as diferenças.

**Palavras-chave:** Gênero. Diversidade Sexual. Ambiente escolar. Direitos humanos.

### 1 INTRODUÇÃO

Existe uma vinculação direta entre democracia, cidadania e direitos humanos: uma sociedade será mais democrática à medida que os direitos humanos e a cidadania alcançarem a maioria dos seus membros. Como um espaço fundamental para as crianças e adolescentes, o ambiente escolar se torna um dos espaços mais importantes para que o tema da cidadania e dos direitos humanos seja abordado, a fim de se construir uma sociedade mais democrática, justa e igualitária.

De acordo com Benevides (2001), a educação em direitos humanos precisa estar voltada para uma mudança de comportamentos e currículos e não para a conservação de um sistema de ensino desatualizado e antiquado. Voltando-se para essas questões, os Institutos Federais de Educação (IFs) formalizaram dentro do bojo das Coordenações de Ações Inclusivas (CAIs), os

<sup>1</sup> Iniciação científica/Relato de experiência.

<sup>2</sup> Bacharela e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Instituto Federal Farroupilha *campus* Santo Ângelo. E-mail: jessica.lucion@iffarroupilha.edu.br

<sup>3</sup> Mestre em Letras/Linguística. Professora do Instituto Federal Farroupilha *campus* Santo Ângelo. E-mail: maria.paranhos@iffarroupilha.edu.br

<sup>4</sup> Aluno do curso técnico integrado ao nível médio de Manutenção e Suporte em Informática do Instituto Federal Farroupilha *campus* Santo Ângelo. E-mail: varleimachado2000@gmail.com



Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), que visa acompanhar a vida escolar dos estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação e as pessoas com diferentes dificuldades de aprendizagem, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) que possui a finalidade de implementar as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas, procurando proporcionar a comunidade escolar a fomentação e a implementação de uma política de aceitação da diversidade e da diferença, através de uma educação pluricultural e pluriétnica, e os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), com o intuito de proporcionar mudanças de paradigmas sobre as diferenças de gênero.

O objetivo principal desses núcleos é fomentar e desenvolver ações inclusivas nos Institutos Federais que busquem promover a cultura da educação do aprender a conviver com as diferenças pautadas no respeito aos direitos humanos. O objetivo deste trabalho é dar visibilidade a algumas das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) *Campus Santo Ângelo*, ao longo dos anos letivos de 2016, 2017 e 2018, buscando discuti-las na perspectiva dos direitos humanos. Para dar conta do objetivo proposto, o texto apresenta, primeiramente, uma revisão sobre gênero e diversidade sexual no ambiente escolar e, na sequência, um apanhado histórico sobre o NUGEDIS, sua criação e inserção no âmbito do IFFar, bem como uma explanação geral sobre seus objetivos. Por fim, damos atenção a algumas das principais ações realizadas recentemente pelo Núcleo no *Campus Santo Ângelo*. A questão que orienta este trabalho é em que medida a criação de espaços para discussão e promoção de atividades relacionadas a gênero e diversidade sexual no ambiente escolar podem colaborar para a ampliação da cidadania na comunidade escolar e posturas mais democráticas e tolerantes com as diferenças.

## **2 GÊNERO E AMBIENTE ESCOLAR NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS**

Os temas de gênero e diversidade sexual ainda são tabus na nossa sociedade. Embora, inicialmente, o campo de estudos sobre gênero tenha se restringido à mulher e os seus direitos, pois as discussões foram, em regra, incentivadas pelos movimentos feministas, hoje em dia os debates incluem temas mais amplos como identidade, diferença, (trans) sexualidade, cultura,



desigualdade, violência, entre outros. Uma das inquietações mais presentes é sobre porque persistem limitações às mulheres, homossexuais e transgêneros em relação a direitos plenos de igualdade devidamente reconhecidos pelos instrumentos legais.

Importante mencionar aqui que enquanto a ideia de sexo corresponde às diferenças anatômicas entre machos e fêmeas, gênero nos remete às construções e expectativas sociais sobre comportamentos femininos e masculinos (SILVA et al., 2016). Assim, as identidades de gênero se formam a partir das experiências que temos ao longo da vida durante os processos de socialização, daí a ideia de Simone de Beauvoir que de “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

Se através dos processos de socialização construímos nossa identidade de gênero, também através deles construímos os papéis de gênero – as características, comportamentos, funções e posições que homens e mulheres ocupam, ou devem ocupar, em uma sociedade. Durante muito tempo os papéis de gênero estiveram diretamente relacionados ao sexo, como fator biológico. Com *Sexo e temperamento* (1935), a antropóloga Margareth Mead foi a primeira a apresentar uma contribuição para a ruptura do condicionante biológico na construção dos papéis sociais. Através do estudo sobre diferentes tribos da Papua-Nova Guiné – Arapesh, Mundugumor e Tchambuli – Mead constatou que nessas sociedades os papéis de homens e mulheres se apresentavam de modo distinto daqueles das sociedades ocidentais onde homens são “naturalmente” desbravadores, hostis e agressivos, enquanto as mulheres são “naturalmente” carinhosas e dedicadas às questões familiares e maternas.

Mead constatou que entre os Arapesh tanto homens quanto mulheres eram dóceis, já na cultura Mundugomor ambos eram agressivos, nos Tchambuli, porém, constatou uma inversão completa dos papéis em relação às sociedades ocidentais: homens eram dóceis e as mulheres agressivas, dominadoras e impessoais. A pesquisa contribuiu para a análise de diferentes construções de papéis de gênero evidenciando que estes são construções sociais e culturais, portanto não existem comportamentos “naturais” de homens e mulheres, eles precisam ser compreendidos dentro do contexto em que ocorrem.

Também com relação à sexualidade, diversos estudos realizados ao longo do século XX criticaram a ideia de binariedade utilizada para classificar os grupos humanos, que classificou a espécie humana entre homens e mulheres e que foi tomado como base para construir, também de modo binário, outros elementos, como os papéis de gênero e a orientação afetivo-sexual. Essas categorizações binárias construídas historicamente foram utilizadas a favor de sistemas



de dominação que favoreceram a ascensão dos homens sobre as mulheres, justificando toda forma de violência, e dos heterossexuais sobre os homossexuais, justificando violência, exclusão social e até seu tratamento como uma patologia.

Dessa maneira, essas categorizações que favorecem o patriarcado e a heteronormatividade vem perdendo legitimidade, seja por meio de resultados de pesquisas, seja por meio das ações de grupos e movimentos sociais. Assim, “reconhece-se que há diferentes possibilidades de orientação afetivo-sexual, e que, além disso, a cada cultura, em diferentes tempos históricos, correspondem expressões de gênero específicas; legitimam-se ou negam-se orientações afetivo-sexuais; atribuem-se identidades de gênero e papéis sociais específicos a seus integrantes” (SILVA et al., 2016).

O aprendizado de gênero é, portanto, parte da nossa socialização na família, na escola e em outras instituições sociais das quais participamos durante a vida. Os brinquedos na infância, os jogos na adolescência, nosso vestuário, os gestos e o palavreado que nos são ensinados e as relações estabelecidas com os grupos de pares e com as pessoas adultas vão nos informando sobre como é ser homem e mulher na sociedade e nos levam a distinguir quais atitudes são as mais apropriadas a cada gênero (BRASIL, 2007).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 preza pela construção de relações sociais justas, com base nos direitos que visam à realização da cidadania na luta pela justiça social e superação das desigualdades e preconceitos. Nesse sentido, o Estado brasileiro garante constitucionalmente a todos os brasileiros a liberdade sexual e combate todas as formas de desigualdades, opressão e violência com base no gênero e na orientação afetivo-sexual. A garantia da liberdade sexual e da não opressão com base no gênero são, portanto, elementos para o exercício da cidadania com base nos direitos humanos, que reconhecem a pluralidade como meio de combate às ações discriminatórias.

De acordo com Marshall (1967) os direitos de cidadania perpassam três estágios: individuais (garantia das liberdades individuais), políticos (garantia de participação nas diversas esferas da sociedade civil) e sociais (garantias mínimas para a construção de uma sociedade digna, tendo por base padrões de bem-estar socialmente estabelecidos). De acordo como autor “cidadão” é aquele que exerce todos esses direitos de maneira efetiva. Historicamente, as lutas por igualdade e liberdade ampliaram direitos políticos e abriram espaço para a reivindicação de reconhecimento para categorias sociais então de “segunda classe”, ou seja, indivíduos que, mesmo tendo seus direitos reconhecidos legalmente, por disparidades sociais eram tolhidos de exercê-los: mulheres, negros, homossexuais, idosos, jovens, entre outros.



No que diz respeito às questões de gênero, a reivindicação de direitos humanos aplicados às mulheres e LGBTs, ocorre porque até há pouco tempo estes não eram considerados “humanos”. A exemplo das mulheres, Tedeschi e Colling (2014), nos dizem que os três principais documentos sobre os Direitos Humanos - Declaração dos Direitos da Virgínia (EUA) de 1776, Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e a Declaração Universal do Direitos Humanos de 1948 - silenciam-se sobre as mulheres.

Quando a francesa Olympe de Gouges foi decapitada ao escrever a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã ficou explícito a quem se destinava a nova cidadania. O documento da ONU também teve um endereço social e político. Nasce após a tragédia do holocausto. Os dados alarmantes e preocupantes da violência contra as mulheres coloca em suspeita todos os artigos igualitários das Declarações que tratam de Direitos Humanos (TEDESCHI; COLLING, 2014, p. 35).

No entanto, podemos citar algumas iniciativas de inclusão das questões de gênero e diversidade sexual nos documentos, conferências e convenções sobre direitos humanos, tanto no âmbito internacional como nacional, como:

- Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher de 1948, que outorga às mulheres os mesmos direitos civis de que gozam os homens e que foi promulgada no Brasil em 1952;
- Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher de 1953, que determina o direito ao voto em igualdade de condições para mulheres e homens, bem como a elegibilidade das mulheres para todos os organismos públicos em eleição e a possibilidade, para as mulheres, de ocupar todos os postos públicos e de exercer todas as funções públicas estabelecidas pela legislação nacional, promulgada no Brasil em 1963;
- Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) números 100, 103, 111, 156 e 171;
- I Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na Cidade do México em 1975, que reconheceu o direito da mulher à integridade física, inclusive a autonomia de decisão sobre o próprio corpo e o direito à maternidade opcional. No contexto da Conferência, foi declarado o período de 1975-1985 como "Década da Mulher" e 1975 foi declarado como o Ano Internacional da Mulher;
- Declaração dos Direitos Sexuais elaborada no 13º Congresso Mundial de Sexologia, realizado em 1977, em Valência na Espanha;
- Convenção e para eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher de 1979, promulgado no Brasil em 2002;
- II Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Copenhague em 1980;
- III Conferência Mundial Sobre a Mulher realizada em Nairóbi em 1985;
- Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher - Convenção de Belém do Pará de 1994, que definiu o que é violência contra a mulher e apontou direitos a serem respeitados e garantidos, deveres dos Estados participantes e mecanismos interamericanos de proteção;
- IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Beijing em 1995, que contribuiu para uma nova agenda de reivindicações onde se inclui, por exemplo, a interrupção



voluntária da gravidez e a recomendação sobre a revisão das leis punitivas para a questão, assinado pelo Brasil em 1995;

- Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, lei Maria da Penha;
- Princípios de Yogyakarta que dispõe sobre direitos humanos nas áreas de orientação sexual e identidade de gênero, publicado como resultado de uma reunião internacional de grupos de direitos humanos em Yogyakarta, Indonésia, em novembro de 2006;
- Decreto 8.727 de 28 de abril de 2016 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Decreto 7.959 de 13 de março de 2013 que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres;
- Lei 13.104 de março de 2015 que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio;
- Portaria nº 4032 de 24 de novembro de 2005 que institui o grupo de trabalho para acompanhar a implementação do “Programa Brasil Sem Homofobia” no Ministério da Educação;
- Resolução nº 1 de 19 de janeiro de 2018 que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares;

Também é importante mencionar a criação da ONU mulheres em 2010 para “unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres” especialmente através do apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais, em seis áreas prioritárias de ação.

Os direitos humanos são indivisíveis, todos devem exercer todos os direitos ao mesmo tempo, eles são universais, indivisíveis, independentes e inter-relacionados. É portanto dever de toda a sociedade promover e proteger os direitos humanos. Como espaço de construção da cidadania e promoção da igualdade social, e a educação é um importante instrumento de reflexão e ação na luta contra todas as formas de preconceito, discriminação e violência (GOMES, 2017), nesse sentido, a educação, pensada como processo de desenvolvimento de sujeitos sociais, deve possibilitar o rompimento com o passado de discriminação e preconceito, propondo ações concretas e efetivas para a construção de um presente social mais justo e igualitário (Ibid., p. 24801).

No ambiente escolar a criança será apresentada a diversas situações novas no seu dia a dia, é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. Nesse sentido, a escola pode se





tornar uma perpetuadora dos papéis, preconceitos e intolerâncias disseminados na sociedade em geral, ou ser um agente de reflexão para a transformação desses valores e atitudes.

Nesse sentido, podemos citar o exemplo do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), de 2007, que incorpora aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, agregando demandas antigas e contemporâneas de nossa sociedade pela efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e pela construção de uma cultura de paz. No âmbito do PNEDH, a educação em direitos humanos é compreendida como

um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (BRASIL, 2007, p. 25).

Assim, a educação pelos e para os direitos humanos deve ir além do acesso e permanência do jovem na escola, deve ser instrumento na promoção de ações voltadas para práticas cotidianas direcionadas para condutas de respeito aos direitos humanos e tolerância à diversidade.

Nos espaços educacionais, os papéis de gênero continuam a se reproduzir, em acontecimentos lúdicos, por exemplo, como danças, peças de teatro e esportes. São comuns também os preconceitos que se estimulam através de piadas e brincadeiras e que surgem quase que de forma “natural” e estereotipados, representando comportamentos conservadores ainda presentes na sociedade (SILVA, 2013).

Para construirmos uma sociedade mais igualitária é preciso desfazer essas atitudes violentas e inferiorizam, combater a intolerância através dos conhecimentos sobre nossos direitos, desenvolvendo aspectos sociais de uma vida cidadã, manifestando inquietudes e conquistando respeito mútuo (SILVA, 2013). Para tanto, precisamos começar pelas mudanças de valores, quebrando paradigmas, modificando as estruturas estruturantes (BOURDIEU, 2011).

Foi voltando-se para essas questões que os Institutos Federais de educação (IFs) formalizaram dentro do bojo das Coordenações de Ações Inclusivas (CAIs) os Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) com o intuito de proporcionar mudanças de



paradigmas sobre as diferenças de gênero e sexualidade, cuja experiências do IFFar *campus* Santo Ângelo apresentamos a seguir.

### **3 A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (NUGEDIS) DO IFFAR CAMPUS SANTO ÂNGELO**

Com o intuito de proporcionar mudanças de paradigmas sobre as diferenças de gênero, o IFFar formalizou, dentro do bojo das Coordenações de Ações Inclusivas (CAIs), os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS). Os NUGEDIS estão regulamentados pela Resolução CONSUP N°23/2016 e estão presentes em todos os campi da Instituição, e têm por finalidade desenvolver políticas, ações e projetos no intuito de promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos em relação às questões de gênero e diversidade sexual<sup>5</sup>.

Nesta seção damos atenção a algumas das principais ações realizadas recentemente pelo Núcleo no *Campus* Santo Ângelo. A primeira delas, a Roda de conversa, aconteceu em agosto de 2016, coordenada por duas ativistas do movimento feminista de Santo Ângelo e acadêmicas do curso de psicologia da Universidade Regional Integrada das Missões e do Alto Uruguai (URI), e foi realizada com os alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, do turno diurno. Na atividade possibilitou-se a discussão sobre o movimento feminista, desenvolvendo reflexões em torno dos conceitos de gênero, identidade sexual e orientação sexual. Alunos e servidores participaram ativamente da discussão, trazendo seu posicionamento sobre a temática, possibilitando indicar que esta produz tensionamentos quando é aberta para discussão.

O Varal do Empoderamento foi uma proposta desenvolvida como os alunos do 1º ano do Curso Técnico em Agricultura. Objetivou provocar olhares e reflexões sobre a condição feminina na sociedade, ainda bastante restrita aos espaços privados da casa; por isso, a escolha de um varal como espaço de sensibilização, reflexão e denúncia. Os alunos, inicialmente, pesquisaram na internet frases de empoderamento feminino. No entanto, muitas trouxeram frases que exaltavam a beleza, a sensibilidade, a amorosidade da mãe/mulher e, ao socializar com a turma, isso gerou uma fértil discussão sobre os discursos que circulam e que não só constroem, mas também perpetuam as desigualdades de gênero. Ao final, organizamos no saguão e corredores nossos varais com panos e roupas coloridos, desbotados e esfarrapados.

---

<sup>5</sup> Ainda em relação ao tema, é importante mencionar que o IFFar conta com uma Política de diversidade e inclusão e com uma Instrução Normativa que assegura às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha de tratamento nominal (nome social) (Instrução Normativa do IF Farroupilha n° 03, de 02 de junho de 2015).





No ano de 2017, na semana da mulher, organizou-se um debate acerca da representação feminina em publicidades e na música. Primeiramente foram desenvolvidas análises em sala de aula, em Língua Portuguesa e Filosofia. A seguir, um aluno apresentou letras de músicas e publicidades nos quais se manifestam discursos machistas e de violência contra a mulher. Nas músicas, em especial a gaúchesca, há muitas composições que tratam com naturalidade a violência, *Não chora minha china véia* (Elton Saldanha), *Ajoelha e chora* (Tchê Garotos), entre outras. No diálogo com os alunos ficou evidente que esses discursos não se restringem à música gaúcha, mas a outros gêneros, *Um tapinha não dói* (Grupo Vou pro Sereno) ou *Loira Burra* (Gabriel, Pensador). A proposta foi desenvolvida com todas as turmas do ensino médio diurno e gerou um impacto nos estudantes pelo fato de perceberem o quão machistas e violentas são algumas músicas que todos escutam no dia a dia. No decorrer do debate, os estudantes expressaram diferentes posicionamentos diante das questões apresentadas, surpresos por reconhecerem discursos misóginos em contextos do seu cotidiano.

A campanha *HeForShe* (Eles por Elas) foi iniciada pela ONU Mulheres em 2014 tendo como principal objetivo unir os esforços de mulheres e homens em torno da igualdade de gênero, para o benefício de todos. O IFFar aderiu ao *HeForShe* em abril de 2017. Em relação às atividades realizadas no *Campus Santo Ângelo*, estas foram organizadas e executadas pela equipe do NUGEDIS em 10 dias de discussões com toda a comunidade acadêmica em dezembro de 2017. Para iniciar a discussão foi apresentado o documentário “Precisamos falar com os homens? Uma jornada pela Igualdade de Gênero” com o objetivo de olhar para a questão de gênero como algo que afeta mulheres e homens. No início de cada atividade, os mediadores explicaram aos alunos e servidores sobre o movimento *HeForShe* e a importância da assinatura de adesão na plataforma global. Após, o documentário foi reproduzido nas 20 turmas do campus, entre cursos integrados, subsequentes e superiores.

Também trabalhamos com todos os servidores em três momentos diferentes. Os debates realizados após a exibição do documentário resultaram em interessantes discussões, compartilhamento de vivências machistas na vida das mulheres servidoras e depoimentos de diversas situações de violência vivenciadas pelas alunas da instituição. No final de cada atividade, @s estudantes responderam ao seguinte questionamento “O que deixei de fazer por ser homem/mulher?”. As respostas foram socializadas em um cartaz produzido pelos estudantes e integrantes do núcleo no *campus*. Avaliamos a atividade como construtiva, educativa e provocativa.



Em 2018, no dia 8 de março, foi proposta a atividade “Vista Vermelho” em alusão ao Dia Internacional da Mulher. A cor vermelha foi sugerida por ser uma cor que lembra o sinal de “Pare”, simbolizando assim que a Violência contra a Mulher precisa Parar. Os estudantes do Grêmio Estudantil participaram da atividade trazendo uma narrativa dos motivos da instituição do dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher, contextualizando a história de luta pelos direitos femininos. Após essa narrativa, destacaram a história de algumas mulheres que foram significativas nas artes, ciência, literatura, etc. Ao longo do dia, os alunos e servidores também foram convidados a aderirem ao movimento através de fotografias com cartazes reflexivos sobre sororidade, empoderamento feminino e o Movimento He For She (Eles por Elas). A atividade foi proposta com o intuito de refletir esse lugar, o lugar da mulher e desconstruir a cultura da rivalidade e do machismo, buscando a empatia e a sororidade nas relações femininas. Também na semana da mulher, foram expostas as fotos "O que me empodera?" realizadas em 2017 no Curso Técnico em Estética (PROEJA) na disciplina de artes. Também realizada na disciplina de artes, em 2018, nos primeiros anos dos cursos integrados, foi exposta no Campus a exposição "Elas inspiram", com nomes femininos que marcaram a história em diferentes campos, como a ciência, as artes, a literatura e a política.

Em abril foi realizado o I Seminário do NUGEDIS "A mulher indígena e a questão de gênero nas comunidades indígenas", conduzido pela assistente social do IFFAR/SAN. O objetivo desta atividade foi discutir sobre a realidade das comunidades indígenas, um tema, por muitas vezes, negligenciado na nossa região, e a realidade enfrentada por mulheres e homossexuais no contexto das comunidades indígenas. Foi um momento oportuno para, principalmente, romper com preconceitos e pré-noções que os alunos tinham sobre os grupos indígenas.

Durante o mês de maio, o Núcleo realizou discussões sobre o tema da maternidade compulsória e da construção social da maternidade, através da leitura de textos que enfocam a "maternidade compulsória" e a "paternidade facultativa". A atividade foi realizada em três momentos com as turmas dos terceiros anos dos Cursos Técnicos Integrados em Manutenção e Suporte em Informática e em Agricultura, com as turmas dos três anos do Curso Técnico Integrado em Estética (PROEJA) e com as turmas dos primeiros semestres dos Cursos Superiores de Licenciatura em Computação e Tecnólogo em Agronegócio.

Também no mês de maio, o Núcleo realizou atividades visando reflexões e combate às diferentes violências que o público LGBT sofre no seu dia a dia. Primeiramente foram fixadas



pelos prédios do campus frases que os LGBTs ouvem no seu cotidiano, o que permitiu estranhamentos e reflexões por parte dos estudantes e servidores que se depararam com os cartazes. No dia 17 de maio, Dia Mundial da Luta contra a LGBTfobia, o campus foi prestigiado com a apresentação de uma *Drag Queen* representada por um aluno do terceiro ano do Curso Técnico Integrado em Estética (PROEJA).

Devido aos diversos casos de feminicídio que tomaram projeção na mídia, os alunos do campus procuraram o Núcleo para a realização de discussões sobre o assunto. Em agosto foi realizada uma roda de conversa sobre violência contra mulher onde foi possível discutir algumas das causas que levam às diversas formas de violência, bem como esclarecer e discutir sobre o feminicídio e os textos legais correspondentes.

Ainda no ano de 2018, estão previstas pelo menos três atividades. O Festival de Curtas “Minuto pela não violência à mulher” que promove a criação de curtas-metragens audiovisuais de até 1 (um) minuto por estudantes e servidores do Instituto Federal Farroupilha promover com o objetivo de suscitar reflexões pela e para a não violência à mulher, buscando dar visibilidade a produções audiovisuais que sejam capazes de sensibilizar e provocar debates em torno de questões de violência que historicamente afetam as mulheres, e contribuir para desnaturalizar papéis na busca da construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos das mulheres em sua diversidade e todos aqueles e aquelas que são assediados direta ou indiretamente pela violência contra a mulher.

A I Semana Feminista do IFFar Campus Santo Ângelo será realizada em novembro de 2018 tendo por objetivo refletir sobre a condição das mulheres na contemporaneidade, destacando as lutas que ainda se fazem necessárias dentro da sociedade machista e desigual em que vivemos. Para o evento estão previstas exposições de fotos, declamações de poesias, rodas de discussões e cine debate. Por fim, entre novembro e dezembro estão previstas atividades relacionadas ao *He for She* e ao Dia Internacional de não violência contra a Mulher (25/11).

Por fim, gostaríamos de mencionar algumas atividades realizadas com um projeto de ensino do campus, o Cine Debate. O projeto de ensino do “Cine debate” surgiu como uma oportunidade de se adotar os filmes como um recurso diferencial para complementar o processo de ensino e de aprendizagem de um modo lúdico e mais próximo do universo de hábitos e de necessidades dos nossos estudantes. Apesar de o Cine Debate não ser uma iniciativa do NUGEDIS, vários filmes exibidos tangenciam a temática da diversidade sexual e de gênero e, por isso, os integrantes do Núcleo são convidados a participar das exibições e discussões.



Damos atenção especial aqui a três filmes exibidos em 2017 e 2018. O primeiro deles, *Moonlight: Sob a Luz do Luar* (2016), relata a vida de Chiron, jovem negro morador da periferia de Miami e homossexual. Esse material oportunizou discussões sobre sexualidade, abuso sexual e racismo. Trazendo a história de Frida Kahlo, um dos principais nomes da história artística do México, o filme *Frida* (2002) exibiu seu agitado casamento aberto e ainda um controverso caso com um político, além das suas experiências sexuais com várias outras mulheres. O filme oportunizou discussões sobre a vida de uma mulher que decidiu transpor todas as barreiras que lhe foram apresentadas, das físicas às sociais.

Por fim, o filme *O sorriso de Mona Lisa* (2003), exibido durante as atividades da Semana da Mulher em 2018, se passa em 1953 e conta a história de uma professora de arte determinada a confrontar valores ultrapassados da sociedade e da instituição na qual trabalha. A professora inspira suas alunas a mudar a vida das pessoas como futuras líderes que serão. O filme foi proposto com o intuito de refletir sobre o lugar e papéis de homens e mulheres na sociedade.

Esses contextos planejados para tais discussões trouxeram importantes contribuições para a forma de pensar da comunidade acadêmica do IFFar Campus Santo Ângelo, uma vez que através dessas atividades, os sujeitos refletem, constroem conhecimentos, interagem na sociedade, influenciam e são influenciados, produzem, reproduzem ou desafiam as estruturas e as práticas sociais nas quais se inserem.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a efervescência da pauta feminista e LGBT durante as décadas de 1960 e 1980, levantam-se os debates em torno das situações vivenciadas pelas mulheres e LGBTs e a luta por igualdade de direitos, pautados na Declaração Universal do Direitos Humanos de 1948, a qual estabeleceu que todos devem usufruir os direitos e liberdades fundamentais, e aumentando também as discussões sobre a responsabilização do Estado para a adoção de políticas relacionadas às temáticas referentes às mulheres e LGBTs.

Nesse sentido, construir possibilidades de realização dos direitos humanos significa dar passos efetivos que poderão ampliar as perspectivas de igualdade de gênero e sexualidade, sem perder de vista que anterior a esse debate estão diferentes visões de mundo responsáveis por reproduzir as desigualdades sociais. E esses passos efetivos não podem se resumir a formulação



de documentos, declarações e instrumentos jurídicos, mas devem contar com ações práticas, como é o caso das ações relatadas nesse trabalho.

Essas ações se apresentam como ações que visam mudanças materiais que tem por objetivo mover as perspectivas ideológicas e culturais, voltadas a forma de se pensar as relações de gênero, pois estas relações são construídas e modificam-se na sociedade, por meio das relações sociais. E nesse aspecto a escola, como uma importante instituição social, torna-se fundamental para contribuir para a construção de uma outra realidade, mais justa, tolerante e igualitária (GUIMARÃES, 2014).

Educar em direitos humanos e para que as relações de gênero sejam equitativas é um processo lento e constante. Para Maciel e Brabo (2016), a escola possui grande responsabilidade quanto à formação de homens e mulheres em direitos humanos, gênero e sexualidade, uma vez que grande parte das crianças e jovens não convive em ambientes favoráveis a essa formação fora da escola, então no âmbito escolar ela tem a oportunidade de perceber diferenças quanto aos princípios, valores e relacionamentos entre os seres humanos.

Nesse sentido, ações como as promovidas pelo NUGEDIS interiorizam a importância da educação em direitos humanos fazendo com que toda a comunidade acadêmica possa refletir cotidianamente e propor ações voltadas à mudança no quadro de violações, violência e marginalização posto até então para mulheres, homens e LGBTs. Em outras palavras, esses espaços para discussão e promoção de atividades relacionadas a gênero e diversidade sexual no ambiente escolar podem colaborar para a ampliação da cidadania de toda a comunidade escolar e posturas mais democráticas e tolerantes com as diferenças.

## REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, M. V. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos. São Paulo, 2001. p. 43-50.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRASIL. **Gênero e diversidade na escola**. Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Brasília: 2007.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: 2007.
- GOMES, C. A. A diversidade sexual como direito humano. **Educere – XIII Congresso Nacional de Educação**. Mesa Redonda. Curitiba, 2017. p. 24793-24805.
- GUIMARÃES, A. F. Relações de gênero e direitos humanos: Uma abordagem sócio histórica. **6º Seminário nacional do Estado e Políticas Públicas. 2º Seminário de Direitos Humanos**. Toledo, 2014.



MACIEL, T. S.; BRABO, T. S. Educação em direitos humanos e relações sociais de gênero: Discussões em busca de uma “educação mais humana”. **Revista Reflexão e Ação**. v. 24, n. 1. Jan./Abr. 2016. p. 138-156.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MEAD, M. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

SILVA, A. L. S. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Revista NUFEN**. v.5, n.1, Jan-Jul, 2013. p. 12-25.

SILVA, A. et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2016.

TEDESCHI, L. A.; COLLING, A. M. Os Direitos Humanos e as questões de Gênero. **História Revista**. v. 19, n. 3, 2014. p. 33-57.